

EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

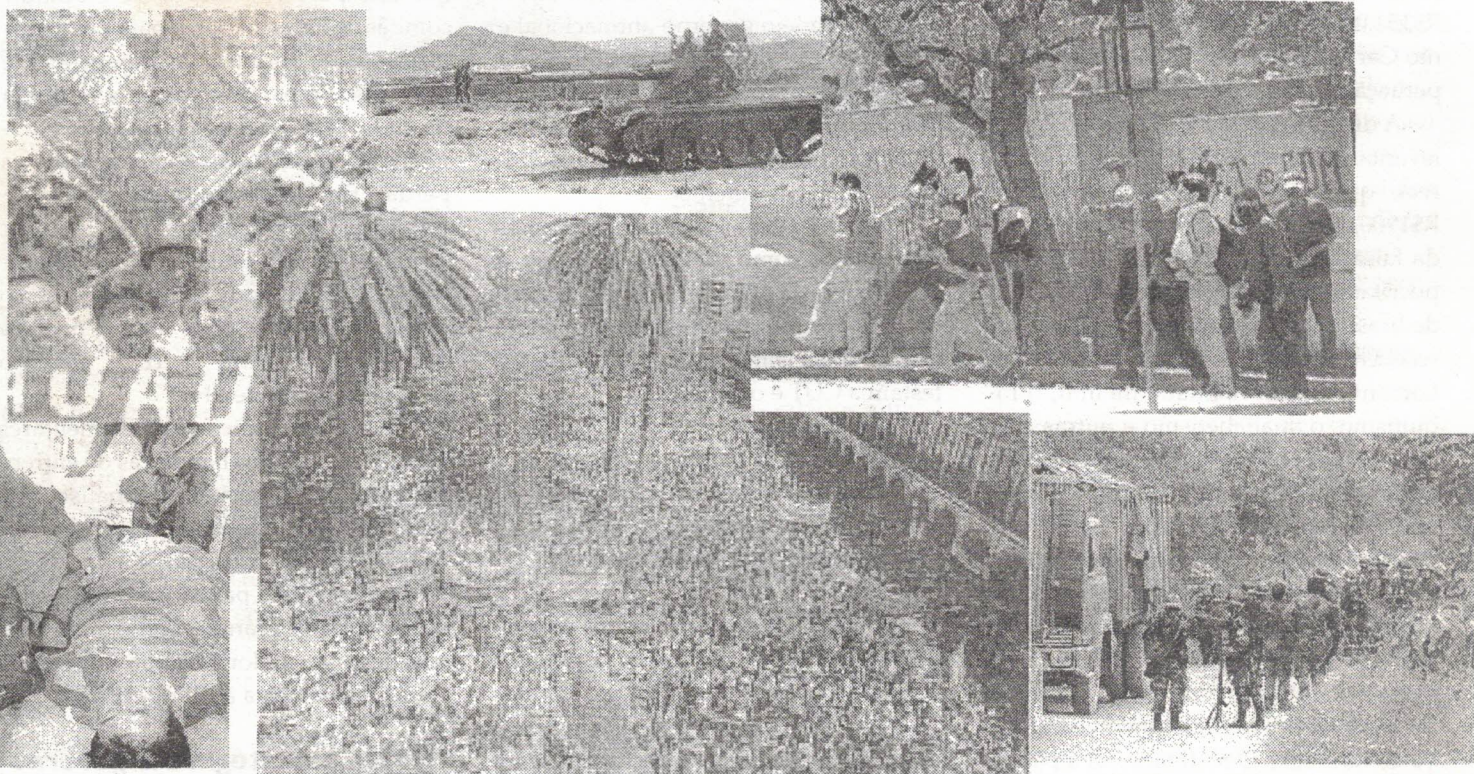
MASSAS

ÓRGÃO QUINZENAL DA TENDÊNCIA PELO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO

MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL

ANO XI - Nº 190 - 2ª QUINZENA DE ABRIL DE 2000- R\$ 1,00

A luta revolucionária na Bolívia



**Liberdade aos presos políticos!
Abaixo o governo fascista de Banzer!
Atendimento das reivindicações
populares, camponesas e estudantis!
Em defesa do POR boliviano!
Pelo governo operário e camponês!**

Primeiro de Maio:

Organizar a luta nacional de massa por:

Salário Mínimo Real de 1900 reais!

Não à retirada dos direitos trabalhistas

Fora com a política de conciliação de classes!

Abaixo o governo FHC e seu plano de fome!

Viva o 1º de maio! Pelo fim da conciliação de classe e pela organização independente dos trabalhadores!

Esse 1º de maio está marcado pela capitulação da direção da CUT e do PT frente às manobras dos partidos burgueses com o salário mínimo. O apoio dos reformistas aos 100 dólares (R\$177,00) do PFL confirma essa denúncia. Os R\$151,00 de FHC ou R\$177,00 de Antônio Carlos Magalhães resultam em perpetuação da miséria para milhões.

A direção da CUT e o PT se negaram levantar a bandeira do salário mínimo real, que em nossos cálculos atinge R\$1900,00, para se colocarem a reboque da falsa disputa entre PFL e PSDB. Hipocritamente, reconhecem que milhões de brasileiros passam fome e privações, recebendo menos de um salário mínimo. Lamentam a mortalidade infantil, o raquitismo, o analfabetismo e outras chagas provenientes dos baixíssimos salários e desemprego. Entretanto, chamam os trabalhadores a aceitarem uma possível esmola do parlamento burguês.

Enquanto o PT e a CUT criavam a ilusão de que o apoio à proposta do PFL era viável e que poderia ser aprovada no Congresso unindo a oposição em torno dela, o governo tranqüilamente negociava os R\$151,00. O resultado foi a paralisia dos sindicatos e a impossibilidade dos assalariados se unirem em um movimento nacional em defesa de um salário mínimo calculado por eles próprios. Isso mostra o quanto a burocracia sindical e os reformistas do PT estão comprometidos com a política econômica da burguesia e o quanto estão submetidos ao Estado burguês.

Em São Paulo, toda atenção foi voltada para os escândalos de Pitta e a campanha da CUT dos "Outros 500". O que estava e está em jogo é a disputa eleitoral. As organizações operárias, como a CUT e sindicatos, novamente são arrastadas para o eleitoralismo. A maior parte das esquerdas igualmente se comprometeu com essa politicagem. De forma que as bandeiras de luta das massas foram sufocadas.

As condições políticas vêm sendo favoráveis à organização do movimento operário e camponês, bem como dos de-

mais trabalhadores. A população já não suporta os ataques do governo FHC. As tendências de luta entre os explorados estão presentes. Em vários setores, por todo o país, a disposição de luta grevista vem se manifestando. Os explorados estão vendo que o governo antinacional e antipopular tem de ir mais a fundo contra suas vidas. E por isso é preciso sair à luta. Entretanto, têm como obstáculo as direções sindicais corrompidas na política patronal, parlamentar.

Para defender as reivindicações mais elementares como salário e emprego, a classe operária e demais oprimidos terão de se confrontar não só com o governo mas também com seus auxiliares que infestam a CUT e os sindicatos.

Defender a ferro e a fogo o salário mínimo real, as conquistas sociais, o emprego e terra aos camponeses

As necessidades elementares dos trabalhadores se chocam com a exploração e com a opressão imperialista. Eis por que os reformistas do PT e a burocracia sindical traem essas necessidades. Para conservar qualquer conquista, os oprimidos têm de sair em luta aberta contra o governo e o Estado.

Está em andamento a quebra de direitos sociais, que constam no ponto 7 da Constituição. O governo e o Congresso atendem as exigências da burguesia brasileira e do imperialismo no sentido de "flexibilizar" direitos como 13º salário, férias, licença maternidade, fundo de garantia, aviso prévio etc. Pretendem eliminar a obrigatoriedade de seu cumprimento.

Os dirigentes sindicais e a oposição parlamentar estão fazendo como fizeram com a reforma da Previdência. Permitem ao governo avançar, enquanto apenas lamentam. É o que tem acontecido com o desemprego em massa. Os burocratas argumentam que não há muito que fazer porque os trabalhadores têm medo de lutar, quando na realidade os trabalhadores não confiam na direção

corrompida.

A vanguarda militante e as bases terão de forçar a convocação de assembleias sindicais e populares para enfrentar a ferro e a fogo mais uma onda de ataque que está por vir. Trata-se de constituir comitês de luta em todo o país, como instrumento de organização independente pela base. Preparar-se para a ação direta de massa. Em defesa de um salário mínimo de R\$ 1900,00, reposição de todas as perdas, fim do desemprego implantando a escala móvel das horas de trabalho, moradia aos sem-teto e terra aos camponeses. Essas reivindicações básicas são o ponto de partida para unir a maioria oprimida contra o governo pró-imperialista de FHC.

As reivindicações mais elementares estão vinculadas às bandeiras de enfrentamento com o capital imperialista. Somente a classe operária poderá reverter as privatizações, não pagar a dívida externa, rechaçar o parasitismo financeiro e expropriar o grande capital. Para isso, terá de unir a maioria nacional oprimida numa frente única antiimperialista.

Nossa estratégia é o governo operário e camponês

Ao PT e à burocracia sindical cutista não convém defender com mobilização de massa e movimento grevista as reivindicações mais elementares porque almejam chegar ao poder do Estado através de eleições. Como pretendentes a governo, através de uma frente partidária, têm de agir de acordo com a política burguesa. Constituem uma força adaptada à democracia estatal. Prometem aos trabalhadores que assim que chegar ao poder farão reformas graduais para melhorar as condições dos explorados. Rechaçam o pressuposto revolucionário de que as massas terão de tomar em suas próprias mãos suas reivindicações, impô-las à classe capitalista e amadurecer as condições para a revolução proletária. Isso explica por que o reformismo e o burocratismo sindical são incapazes de se apoiar nas massas para

enfrentar a política neoliberal (pró-imperialista) do governo FHC.

Tarefas democráticas do capitalismo atrasado, como a independência frente ao imperialismo, a reforma agrária, desenvolvimento econômico integrado entre os vários estados (unidade nacional), fim do analfabetismo e da pobreza não puderam ser resolvidas pela burguesia subserviente às potências e não poderão ser resolvidas no âmbito do capitalismo. Pelo contrário, a burguesia brasileira tem abandonado o nacionalismo do passado e assumido as exigências do capital internacional. O reformismo e a burocracia sindical também se curvam, seguindo a política burguesa.

É preciso reconhecer que há uma crise de direção, que coloca a necessidade de construir o partido operário revolucionário. Um partido que tenha como estratégia programática a conquista do poder pela insurreição e constituição de um governo operário e camponês (ditadura proletária). Sem a expropriação revolucionária dos monopólios industriais, financeiros, comerciais e fundiários não é possível alcançar a independência nacional e executar as de-

mais tarefas democráticas pendentes.

Enquanto imperar o grande capital e o Estado permanecer nas mãos da burguesia, a miséria continuará a crescer. A vanguarda combatente tem o dever de compreender essa situação e se lançar a construir o partido operário revolucionário.

Todo apoio à revolução boliviana e ao Partido Operário Revolucionário

O Estado de Sítio decretado pelo governo Banzer é uma medida contra-revolucionária. O fascista pretende breçar com as armas o levante popular contra sua política pró-imperialista, de fome e miséria.

A resistência dos camponeses, operários, professores e estudantes traz à luz do dia o vigor revolucionário da luta de massa, dos bloqueios, manifestações de rua e expropriação de arsenais.

O POR boliviano vinha demonstrando que a Bolívia atravessava uma situação revolucionária e que o governo não teria outros meios senão a violência rea-

cionária. A revolta e o Estado de Sítio mostram a previsão da linha partidária.

A convulsão na Bolívia é parte de uma situação conflituosa em toda América Latina e em outras partes do mundo. As massas exploradas estão sendo obrigadas a se utilizarem de seus métodos de luta de classe para enfrentar a decomposição do capitalismo e as medidas reacionárias das burguesias.

É dever revolucionário quebrar o isolamento da revolução boliviana. E não há como fazer isso sem se defender político e materialmente o POR boliviano, que se destaca como vanguarda programática. Trata-se do único instrumento da classe operária boliviana para tomar o poder do Estado. As correntes de esquerda que por toda parte trabalham pelo isolamento do POR, o difamam e o detratam sem nenhuma consistência crítica contribuem para fortalecer a reação burguesa. A revolução boliviana está na razão direta da potenciação do POR.

Viva a revolução proletária boliviana!

Abaixo o governo de Banzer!

Fora o imperialismo!

Liberdade imediata de todos os presos políticos!

Eldorado dos Carajás 4 anos depois

Faz 4 anos que ocorreu a chacina dos sem-terra em Eldorado dos Carajás (Pará). Um pouco antes a polícia e jagunços fizeram o mesmo em Corumbiara (Ro). Duas matanças de camponeses que expressaram a lei dos latifúndios.

Os trabalhadores agrários, para conquistarem as terras, passaram e terão de passar pelo poder das armas da burguesia fundiária e do governo capitalista. Não há possibilidade de acesso à terra pela via pacífica. Ou seja, de uma reforma agrária negociada no Parlamento e doada pelo Estado. Também não há possibilidade de se utilizar a ocupação de terras como um meio de se obter negocia-

ções em favor da reforma agrária pacífica.

A lei que rege a economia capitalista é a da concentração e monopólio da terra, sob o controle da oligarquia. A idéia de se redistribuir terras através de uma política agrária, baseada na forma de desapropriação com indenização e assentamentos, esconde a impossibilidade da burguesia quebrar a estrutura oligárquica latifundiária. Não é por outra razão que os fazendeiros estão organizados em milícias de combate às ocupações.

O direito de propriedade e de sustentar a fome de milhões de seres confere o direito aos latifundiários de organiza-

rem bandos armados. Os explorados toda vez que lutam, até mesmo para defender o elementar da subsistência, estão fora da lei e são tratados com a violência reacionária dos proprietários e do Estado.

Eldorado dos Carajás não é um fato isolado na luta de classes. Indica a travessia que os camponeses terão de enfrentar para arrancar dos seus alçózes a terra. Não se trata simplesmente de reclamar o fato de não ter havido punição dos policiais assassinos, mas sim de compreender a necessidade de organizar a auto-defesa, operária e camponesa.

Liberdade aos presos políticos do MST

Em vários estados há presos do Movimento dos Sem-terra. O comitê formado em São Paulo faz campanha pela libertação. Há um cartaz exigindo do governo liberdade aos presos. O ato público realizado na Praça da Sé denunciou a

perseguição do governo FHC/Covas. Temos de ter claro que a burguesia irá recrudescer a repressão. O Ministro Jungmann prometeu tratar o MST como caso de polícia diante da nova onda de ocupações realizadas pelo movimento.

Mas isso sempre aconteceu. A burguesia não tem como solucionar o problema da terra em favor dos camponeses pobres. Nossa resposta deve ser a de organizar os comitês de base que permitam concretizar a aliança operário e camponesa.

500 anos de opressão nacional e social

A repressão às manifestações, em Porto Seguro (BA), contra a farsa das comemorações do governo indica no presente o que foram os 500 anos. O governo pró-imperialista, a serviço do grande capital, põe a tropa de choque contra os opositores (índios, sem-terra, trabalhadores, correntes políticas), num claro sinal de que exerce a ditadura de classe capitalista contra a maioria oprimida.

No passado colonialista, nações indígenas inteiras foram dizimadas. A escravidão negra alicerçou a economia pré-capitalista, que se desenvolveu em capitalista. As revoltas dos oprimidos foram combatidas com guerras e chacinas.

Constituídas as relações capitalistas de produção, o jovem proletariado, no início do século XX, teve de enfrentar a violência reacionária da burguesia contra as greves, manifestações e organizações dos sindicatos.

Até hoje, a história dos 500 anos é de

opressão sobre a maioria que produz toda a riqueza. E a burguesia nacional chega ao século XXI completamente submissa à velha ordem imperialista, de saque e opressão nacional. São também 500 anos de submissão aos colonizadores e ao imperialismo. As massas carregam em suas costas tanto à burguesia brasileira quanto a burguesia internacional.

A burguesia parasitária extrai e extrai uma fábula de riqueza às custas dos oprimidos, reservando-lhes a fome e o açoite e o poder das armas.

Entretanto, os 500 anos são também de constituição do proletariado, que tem suas raízes nos escravos negros (africanos) e índios (brasileiros), e de luta de classes pela emancipação. Faz parte dessa história a formação dos sindicatos, correntes políticas, movimentos e enfrentamentos contra o Estado burguês.

O proletariado e os camponeses pobres caminham para a união contra os exploradores nacionais e o imperialis-

mo. Os combates contra a opressão obrigam proletários e camponeses a forjarem uma poderosa aliança revolucionária, necessária para derrubar os 500 anos de opressão e iniciar a construção do comunismo, da sociedade sem classes, nem exploração e opressão do homem pelo homem.

Temos uma tarefa essencial pela frente: construir o partido operário revolucionário (POR), como parte da reconstrução da IV Internacional. Essa ferramenta é indispensável para pôr em pé uma frente única antiimperialista, que aglutine a maioria em torno da classe operária e do programa da revolução proletária.

Não se trata simplesmente de denunciar os 500 anos de opressão social e nacional, como fazem os reformistas eleitoreiros, mas sim de reconhecer a necessidade da estratégia da revolução e ditadura proletárias, ou seja, da constituição do partido operário revolucionário.

Resultado da política econômica pró-imperialista

A promessa do presidente Fernando Henrique Cardoso era de que com as privatizações, reformas fiscal, administrativa, trabalhista e da Previdência o país sairia das amarras do endividamento externo e interno. E também evitaria desperdícios orçamentários. Com isso, o Brasil voltaria a altas taxas de crescimento, reduziria o desemprego e a pobreza absoluta seria equacionada.

No momento assinalamos que tais previsões não passavam de máscara para uma política econômica favorável ao capital internacional e a uma reduzida oligarquia brasileira. O fundamento da diretriz pró-imperialista mostra, hoje, com toda evidência, o saque do país e o aumento da taxa de exploração sobre a classe operária e demais trabalhadores.

A produtividade da força de trabalho cresceu, os monopólios industriais melhoraram a lucratividade e, particularmente, os banqueiros apresentaram virtuosos balancetes. O orçamento da União cresceu enormemente com o au-

mento dos impostos. Atingiu o denominado superavit primário em 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), mais do que o previsto no acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo estimativas as privatizações alcançaram mais de 100 bilhões de reais.

No entanto, a dívida pública não foi reduzida. Pelo contrário, cresceu de "28% para cerca de 47% do PIB, uma diferença de cerca de 200 bilhões" (Folha de S.P., 16/4). Somente com a desvalorização do Real em janeiro de 1999, o governo favoreceu os credores em 100 bilhões de reais. Como se vê, equivalente ao obtido com as privatizações. Os gastos com os juros atingiram, em 1999, "mais 11 bilhões de reais por mês".

Nesse mesmo período, os trabalhadores tiveram uma redução na massa salarial em aproximadamente 7%, como conseqüência do arrocho e desemprego.

Não é preciso mais dados estatísticos negativos para mostrar os resultados da política pró-imperialista de FHC.

A euforia atual em torno da propaganda de que a crise está controlada e que a economia entrou nos seus eixos se apóia em fatores estritamente conjunturais. Estruturalmente, as tendências desintegradoras do capitalismo, que têm por base o choque entre as forças produtivas e as relações de produção, continuam sua marcha. Tais tendências são de caráter internacional, que se expressam com particularidades no Brasil semicolonial.

A política pró-imperialista do governo FHC potencializa as condições para uma desintegração mais profunda no futuro. A maior penetração do capital parasitário internacional e o saque limitam a capacidade econômica do país e ainda impõem-lhe as conseqüências dos impasses mundiais.

Para as massas, significa aumento da barbárie, com o desemprego, arrocho salarial, expulsão dos camponeses e empobrecimento da pequena burguesia urbana.

Assembléia do dia 28: derrotar o governo e as propostas conciliadoras da burocracia sindical e PSTU

A assembléia do dia 7/abril aprovou a proposta da burocracia sindical. Ou seja, cumprir o acordo feito com a Secretaria da Educação e as entidades do magistério de realizar, durante do mês de abril, um calendário de reuniões. As direções sindicais apostaram nessas reuniões com o governo. No dia 14, a Secretária da Educação não apresentou nenhuma proposta de reajuste salarial. A única coisa que existiu foi uma concordância em fazer nova reunião no dia 25.

O governo não vai atender as reivindicações com as escolas funcionando. A experiência já nos mostrou. O governo só negocia com os trabalhadores em greve. A burocracia sindical implora alguma migalha para não se desmoralizar perante o movimento. As negociações, na verdade, só estão servindo para desmontar a mobilização, ocorrida na assembléia do dia 7. As ameaças demagógicas de que se não "atender as reivindicações vamos parar" não servem nem de fumaça para pressionar o governo. Este sabe de antemão que a burocracia não quer ir à greve e fará de tudo para ampliar os calendários de negociação. Porque foi assim que ocorreu com o Plano de Carreira. Negociou até o governo impor as medidas de destruição da carreira.

O PCO se afunda cada vez mais nas difamações e nos métodos gangsteris

Em sua edição nº 313, de 28/02/00, o jornal Causa Operária traz um artigo em que acusa correntes e partidos políticos de se juntarem à burguesia internacional em sua campanha pela censura na internet. Particularmente, acusa o POR de ter entrado com o tal processo na justiça, que foi movido pelo aluno Jorge Washington, da Letras/USP. Trata-se de uma mentira, uma difamação. Jorge nunca foi militante do POR.

O que leva o PCO, uma corrente que é conhecida por utilizar de métodos gangsteris nas disputas sindicais e estudantis, a fazer tal calúnia? A mentira é utilizada pelo PCO apenas como meio tentar desmoralizar a militância adversária. Chega ao cúmulo de afirmar que os seus adversários são os que ocultam as divergências políticas e não as levam adiante pelo debate, substituindo-as pelas calúnias e campanhas difamatórias. Mas é justamente o PCO quem não mostra no texto quais são essas divergências e as substitui pelas acu-

PSTU apóia a proposta da burocracia de desmonte do movimento

O PSTU jogou com a paralisação de três dias, no final de abril, nas assembléias regionais. Porém, já no Conselho de Representantes, estava de comum acordo com a Articulação/PT. Combateu a greve e procurou se diferenciar da burocracia com o demagógico argumento de que se o governo não apresentar nada até o dia 28, "vamos parar".

Nem mesmo o centrismo de sua política foi capaz de defender. Preferiu caminhar junto com as direções burocráticas, dando mais uma trégua ao governo. Selou o compromisso de desmontar a mobilização e o descontentamento presentes na assembléia.

O acerto da proposta de defesa da greve

A defesa da greve está no sentido de que o governo não irá atender nenhuma das reivindicações, por menores que sejam, a exemplo do 5 salários mínimos. Para conquistar é preciso derrotar a política governamental de destruição da escola pública, de arrocho salarial e fim das conquistas

sações difamatórias e a confusão política.

Em seu longo artigo, o PCO não se dá ao trabalho de gastar uma única linha sobre as divergências com as correntes que acusa. Já que não colocam, nós temos de fazê-lo.

As reais divergências

1) Na verdade, e não é de hoje, é o PCO quem se utiliza da justiça burguesa nas disputas sindicais. Nas eleições da Apeoesp de 1996, entraram com um processo contra a diretoria do sindicato, reivindicando a intervenção estatal. O POR condenou a atitude.

Às vésperas do Natal de 1999, o mesmo PCO entrou com um processo contra o CA de Letras/USP (CAELL), reivindicando à justiça burguesa a tutela da entidade. O POR rechaça qualquer intervenção estatal sobre o movimento. Condenou Jorge por fazer o boletim de ocorrência quando foi agredido pelo PCO, mostrando que quem deveria julgar os bandidos eram os estudantes.

sociais (aposentadoria especial, estabilidade de etc). Não há outro instrumento senão paralisar as escolas num amplo movimento grevista, que ganhe as ruas contra as medidas privatistas da educação. Das negociatas não virão nada, a experiência já nos mostrou.

As condições para a greve estão dadas. O arrocho salarial de mais 5 anos, as salas superlotas, as jornadas de trabalho estafantes, o desemprego de milhares de professores, as péssimas condições de trabalho e o avanço das medidas privatistas (a exemplo da reforma do ensino médio) são razões suficientes para aprovar a greve. Sem dizer que vários Estados já estão em greve pelas mesmas razões e a unidade grevista é fundamental para a vitória de todos esses movimento de derrota do governo.

O que falta é uma direção sindical capaz de conduzir um enfrentamento às diretrizes governamentais. O que vemos é uma burocracia que capitula dia a dia e trabalha para despolitizar e desmobilizar o movimento. Por isso, para conseguir as reivindicações, além de derrotar o governo é preciso rechaçar a política dos conciliadores, que dirigem os sindicatos.

Assembléia do dia 28/abril: aprovar a greve

2) O PCO não acata a democracia estudantil. Na Letras/USP, houve em 1994 um plebiscito que alterou o estatuto, aplicando desde então na eleição da diretoria a proporcionalidade na sua composição. O PCO não aceita essa decisão dos estudantes e reivindica a posse do CA sozinho (teve 33% dos votos em 1999).

Recentemente, tumultuou os dois turnos da assembléia de estudantes que organizaria a participação na campanha unificada dos estudantes da FFLCH/USP pela contratação de professores, inviabilizando a da manhã e esvaziando a da noite. Rasgou folhas do abaixo-assinado de uma classe, organizado pela comissão de mobilização da FFLCH/USP para a mesma campanha. Boicotou as atividades da paralisação do dia 05/04, chamando uma reunião paralela, que fracassou.

O POR defende o cumprimento das decisões práticas das assembléias e eleições estudantis.

RN: Greve da educação em defesa dos salários e da escola pública e gratuita para todos

A Corrente Proletária da Educação tem se empenhado a fundo para organizar o movimento grevista dos professores do Rio Grande do Norte. O maior obstáculo é a direção petista, conciliadora e burocrática. O sindicato (Sinte), sob seu controle, não foi colocado para organizar um sólido movimento de base. Mesmo assim, os trabalhadores saíram à luta.

Em seu boletim, a Corrente Proletária da Educação foi taxativa: "Nada de defender um mísero 40%". É preciso "acrescentar também a defesa do salário mínimo de 1900 reais".

Desde o início, trabalhamos por estruturar um movimento baseado em comitês e na ação de massa. Assinalamos a necessidade de ampliar a luta para outros setores e colocar-se por um movimento grevista nacional para derrotar a política pró-imperialista do governo.

Unificar e fortalecer a greve até a vitória

A greve já ultrapassou os 15 dias. O governo e a burocracia sindical jogam com o cansaço dos grevistas. As atividades de greve resumem-se às táticas dis-

tracionistas do PT de atos em frente à Secretaria da Educação e propor negociações através de "notáveis", com a participação da Igreja, parlamentares etc. Os comandos formados nesta greve têm sido capazes de sustentar a luta organizada contra as manobras da burocracia. A participação dos pais no movimento é outro fator que mostra a vitalidade da luta em defesa do ensino público e gratuito. Trata-se do comando geral tomar a dianteira e organizar bloqueios, ocupações massivas. É necessário radicalizar os métodos de luta e ganhar apoio da população.

Ceará Mirim:

O Fórum chama a luta

O Fórum contra a Opressão Social e Política de Ceará Mirim (RN) realizou um debate sobre o tema "A crise do capitalismo e a vida dos trabalhadores". O objetivo não se limitou a compreender a crise do sistema de exploração do trabalho e suas consequências para a vida das massas. Das discussões, se tirou "tarefas políticas do Fórum".

Escolas de Ceará Mirim fecham salas de aula para filhos de trabalhadores

O governo trabalha no sentido de limitar matrículas e fechar salas de aula. Os atingidos são os filhos de trabalhadores. Um

dos recursos é o de fechar as matrículas no mesmo dia em que foram abertas. O objetivo do governo, também, é o de se livrar totalmente do ensino fundamental, deixando-o a cargo do município. O caso da pré-escola é tão grave quanto os demais níveis, até mesmo os salários sofrem atrasos. Para responder a essa situação, o POR defende no Fórum contra a Opressão Social e Política, com o apoio de estudantes, saúde, educação, juntamente com outros partidos de esquerda e todos os oprimidos a organização desses setores para barrar toda ofensiva dos governos sobre os trabalhadores e se contrapor à destruição da escola pública (assim como todos os serviços públicos). Só a greve geral unificada por tempo indeterminado fará barrar essa ofensiva.

RN - PSTU: oportunismo eleitoral

As discussões no Congresso do SindSaúde (RN) se resumiram às eleições municipais. O Pcdob só fez chamar apoio à candidatura do PT e conclamar ao fortalecimento da frente popular (frente eleitoralista). Isso quando o PT expunha em sua análise que o Plano Real foi positivo num primeiro momento, repetindo o argumento da própria burguesia.

O orador do PT chegou ao ponto de se colocar contra qualquer ruptura com o FMI, numa clara postura pró-imperialista.

O PSTU, direção do SindSaúde, reclamou do PT o fato de seu 2º Congresso

não ter aprovado a bandeira "Fora FHC" e sugeriu que "nestas eleições temos de votar somente em candidatos da classe trabalhadora". Exaltou Lula como candidato de "perfil operário". Obscurece assim o papel contra-revolucionário do reformismo e sua política pró-capitalista, colocada em prática nos sindicatos, CUT e em suas administrações, como no governo do Rio Grande do Sul, prefeituras e parlamento.

O POR se contrapôs a essa linha eleitoralista. Colocou a necessidade do Congresso do SindSaúde aprovar um programa de luta e uma linha de unida-

de nacional dos trabalhadores contra a fome e a miséria e contra o governo pró-imperialista. Mostrou que os trabalhadores da saúde necessitam uma sólida organização de base para sair em defesa das condições de trabalho. Enfatizou a urgência de se contrapor ao salário mínimo de fome do governo e do PFL e organizar um movimento por 1900 reais.

O representante do POR concluiu chamando a construção da Frente Única Antiimperialista para pôr abaixo o governo FHC. Lemos o manifesto contra o Estado de Sítio na Bolívia, defendendo o internacionalismo proletário.

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

CAIXA POSTAL Nº 01171 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO

Eleição no CA de Pedagogia da UERN

O POR colocou-se pela constituição da chapa "Consciência e Ação" para o CA de Pedagogia da UERN. A estruturação de uma direção programática, combativa, é uma tarefa colocada para o conjunto do movimento estudantil. Na maioria dos CAs, predominam direções distintas das necessidades das bases e

avessas às mobilizações independentes. Via de regra, usam os CAs para a política eleitoral e puramente corporativista, a exemplo do PT e Pcdob, duas forças hegemônicas no Movimento Estudantil. Compreendendo esta tarefa, o POR defendeu uma chapa programática. Eis alguns pontos defendidos:

- Soberania das assembléias universitárias (alunos, professores e funcionários)
- Contra a LDB privatizante
- Contra a avaliação institucional do MEC
- Aliança operário-estudantil

Fortaleza

Lutar contra a destruição do ensino

O boletim Massas do regional de Fortaleza, distribuído no dia nacional de luta, se posiciona contra as reformas pró-imperialistas do governo FHC e, particularmente, denuncia a destruição do ensino público no Ceará. Defende que "A mobilização é o único caminho para barrar a ofensiva privatizante da reforma da educação. As direções estudantis na UNE, UBES, DCEs, e maioria dos grêmios etc. têm feito de tudo para

isolar, dividir e fragmentar a luta dos estudantes, ou seja, conduzi-las sem uma perspectiva de unificação contra o governo e seu plano de fome. O motivo está em que as direções PT, PSTU (que dirigem o DCE/UECE), UJS/PCdoB (que dirige a UNE, UBES, UMES), PART, JPS etc. não têm um programa de destruição do capitalismo e por isso se apóiam nas pressões parlamentares, campanhas eleitorais, negociatas de cú-

pula etc.

O POR coloca que o movimento estudantil, se quiser derrotar o governo e sua reforma, tem de superar as velhas direções e defender um programa que parta da defesa das reivindicações mais sentidas dos estudantes, explorados (residência universitária, concurso público para professores etc.) para concluir na necessidade da revolução socialista.

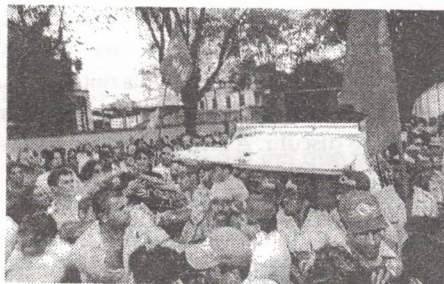
PM de Covas reprime manifestação das universidades paulistas

No último dia 13, professores, funcionários e estudantes da USP, UNESP e UNICAMP foram à Secretaria de Ciência e Tecnologia de SP para um ato público pelo atendimento das reivindicações salariais (25% já e mais 7% no segundo semestre). Haveria uma negociação entre os três reitores (Cruesp) e os seis sindicatos (Fórum das Seis).

Pouco antes do reitor da USP e presidente do Cruesp ir à reunião, determinou a divulgação de um boletim na USP com a resolução de conceder um reajuste de 7%, mais abono de 3%, e novas discussões somente em novembro. Transformou assim a negociação numa farsa, pois a decisão já estava tomada.

Ao chegar ao local, com cerca de mil manifestantes, teve o descaramento de cruzar a manifestação a pé e sem segurança. Chegou a bater boca com alguns estudantes, mas não conseguiu com sua provocação arrumar um pretexto para a polícia reprimir o ato.

Os policiais então se encarregaram



de prosseguir com a provocação. Deram voz de prisão ao motorista do carro de som do Sintusp, mandaram abaixar o volume do som (no que foram atendidos), arrancaram o microfone e os fios. Nada disso levou a uma reação dos manifestantes. Foi então que decidiram reprimir o movimento sem pretexto, mesmo.

Bombas, gás, cassetetes, prisões, tropa de choque. Essa foi a resposta dos reitores e do governo Covas às reivindicações das universidades.

Destacamos aqui o erro das direções dos DCEs da UNESP e UNICAMP que, ao final da manifestação, quando havia ainda 5 presos, decidiram votar em sepa-

rado a volta às suas cidades, dispersando a manifestação. Ainda que se avaliasse que não seria possível resistir à repressão, o recuo deveria ser decidido unitariamente e realizado de forma organizada. Recuar de forma dispersa quebra a unidade do movimento, desmoraliza e facilita a repressão.

No momento em que fechávamos esta edição do Massas, as universidades paulistas estavam para entrar em greve. A reivindicação salarial vai além da luta econômica, pois se choca com a política salarial dos governos. Para ser conquistada, depende de uma luta dura, com bloqueios de avenidas etc. Para isso, os estudantes têm de se colocar à frente do movimento, transformando a greve numa luta conjunta da comunidade universitária, que deve se colocar diante dos reitores e governo com uma pauta unificada de reivindicações, realizar sua assembléia geral universitária e formar um comando unificado. E chamar a unificação de todo o funcionalismo, em plena campanha salarial.

Icó (CE): Manobra do prefeito e da burocracia sindical contra o movimento dos professores

As reivindicações dos trabalhadores em educação no município de Icó (Ceará), que motivaram a greve, eram: aumento de 40% sobre o salário base, auxílio deslocamento, PPC, reposição dos 20% do pó de giz, R\$ 75,00 para os professores que cursam a universidade e legalização de contrato.

Em palavras, o prefeito Neto Nunes (PSD)

disse que concordava com as exigências.

A direção do sindicato, do PT, convenceu a assembléia a formar uma comissão e pôr fim à paralisação. No entanto, a Secretaria de Educação se negou a mostrar a planilha de custo, argumentou que não poderia dar reajuste salarial de 40% sobre o salário base, somente 30% e reposição de 20% para 40% do pó de giz.

Uma vez desmobilizados, os trabalhadores não tiveram como voltar à luta, numa clara desconfiança frente à manobra do prefeito e da burocracia sindical petista. Resta-nos a lição: os grevistas não devem aceitar pôr fim ao movimento diante de promessas; é necessário construir direções revolucionárias.

O Partido e sua Organização

Prosseguimos com a série de textos de formação, escritos por G. Lora, iniciadas nas massas n.º 160.

Como Funciona a Célula O trabalho com o jornal

O jornal – importantíssimo propagandista, agitador e organizador – constitui o instrumento mais valioso que tem a militância em seu trabalho diário no objetivo de ampliar a organização e a influência política do Partido, de agrupar a militância e elevar o seu nível político e teórico. Mas isto se converte em uma frase sem conteúdo se a célula não faz um trabalho coletivo adequado com o jornal.

Na elaboração do jornal, a célula tem uma ingerência importante e decisiva, em seu seio se concentram as informações sobre a vida e o trabalho dos operários, das organizações sindicais e populares e sobre as reações da classe frente aos diversos problemas políticos. Estas informações serão devidamente elaboradas e logo depois transmitidas ao comitê de redação do jornal. As discussões e resoluções políticas devem ser traduzidos em artigos e notas jornalísticas. Todo este trabalho é coletivo e para a confecção dos artigos deve-se proceder da seguinte forma: depois de tomar nota dos pontos em que há acordo na célula e que se consideram dignos de ser conhecidos pela militância e pelos trabalhadores, se designará um militante para que traduza as conclusões em uma nota.

Os militantes da célula podem ou não participar da impressão (tarefa a cargo de um grupo especializado), mas sua venda é uma das tarefas próprias da célula, que estudará de forma permanente como desenvolver a influência do jornal. Este é um trabalho coletivo que deve ser cuidadosamente planejado e controlado pela direção. Não se pode esquecer que o Partido tem interesse primordial em chegar ao grosso dos trabalhadores, particularmente nas empresas que se considerem chaves por sua importância econômica e no plano político. A questão não se reduz a vender

por vender, mas que a difusão crescente do jornal deva ser acompanhada pelo crescimento da militância. O elemento que vende o jornal troca idéias e discute com os trabalhadores (nos períodos de clandestinidade a distribuição se fará observando uma série de precauções: entrega somente a elementos de confiança, fazer chegar a outros operários sem se identificar, a ação de uma vastíssima rede com esse objetivo etc.). O militante informará sua célula sobre os setores em que difunde o jornal, com que êxito e qual a reação dos leitores.

Para que esse trabalho seja eficiente, é necessário que o militante saiba o que contém o jornal e seja devidamente preparado para apresentar as suas idéias centrais. Na célula, o coordenador apresentará o resumo dos artigos políticos fundamentais, que serão devidamente comentados e também criticados. Por outro lado, os militantes que devem realizar um trabalho de penetração em certos meios lerão integralmente o artigo e os comentários (além das notícias) que se relacionam com os operários com quem deverão discutir. A crítica ao jornal deve se referir ao conteúdo e a forma.

A célula levará ao comitê de redação o resultado de todo esse trabalho, abrindo-se assim um frutífero diálogo.

A célula deve contribuir de forma decisiva para o financiamento do jornal. Receberá o valor da venda, remetendo para a direção nos prazos fixados e não apenas quando der. Fará assinaturas e quotas. Os militantes procurarão vender a maior quantidade de exemplares a preço solidário. Deve-se ensinar que a malversação ou não entrega pontual do pagamento do jornal constitui um delito drasticamente castigado pelo estatuto.

O foquismo considera que a direção (e através dela alguém que está fora da organização) deve arrecadar somas e financiar todas as atividades partidárias e entre elas a de propaganda (assim se pode arrecadar somente o necessário para o jornal ou, adiante, reter por qualquer motivo o dinheiro das

vendas etc.). Na organização bolchevique é a militância (a célula) a que financia as atividades partidárias, pode-se dizer que uma das tarefas organizativas consiste em que o Partido se autofinancia, o que também vale para o jornal. Não é em vão que os estatutos colocam entre as condições para ser militante cotizar regularmente. O pagamento pontual das cotas e o esforço para financiar as publicações constituem um índice do grau de politização e maturidade da militância. Um Partido que não autofinancia seus gastos não merece o nome de tal.

O recolhimento de 100% do valor da venda do jornal é uma necessidade imperiosa porque assim se ajuda materialmente para que se possa continuar imprimindo-o e também para conseguir um maior número de compradores a preço solidário e cotizantes. Esse trabalho nos meios operários adquire uma enorme significação política. Quem adquire nossas publicações a um preço elevado está se identificando conosco.

Pode parecer que tudo isso seja um esquematismo com intenções disciplinares, na verdade é mais que isto, trata-se de possibilitar a aparição regular das publicações (regularidade que é uma condição de seu êxito e do crescimento de sua influência). O recolhimento regular do total do valor do jornal faz parte do trabalho coletivo; reúne-se centavo por centavo até conseguir um fundo considerável para por em marcha todo o aparato de publicações, superando assim a natural escassez de recursos econômicos de um partido formados por operários e por militantes empobrecidos da classe média. Todo atraso no recolhimento dos valores da venda do jornal prejudica seriamente a conquista deste objetivo e pode terminar paralisando as publicações, é inadmissível o critério de pagar quando se possa ou algum dia, alguns camaradas, sem mesmo se dar conta, acabam boicotando uma das principais atividades do Partido.

O que dissemos com respeito ao jornal também é válido para o resto das publicações (revistas, folhetos, livros etc.).

Manifesto do Comitê de Enlace

Viva a heróica luta de camponeses, estudantes e trabalhadores Bolivianos

"Não se acalma o vale (Cochabamba) e arde o altiplano (La Paz)". Assim intitulava, na segunda feira, o diário Los Tiempos, de Cochabamba.

-A arremetida das massas, nas últimas semanas, ocupando as cidades e as estradas, enfrentando a repressão e desconhecendo o Estado de Sítio, põe em cheque o governo debilitado do fascista Banzer, primo irmão de Pinochet e Videla. Mortos, feridos, detidos, confinados, perseguidos, tropas nas ruas e estradas, e até franco atiradores, longe de amainar o espírito de combate dos explorados o têm enraivecido.

-A magnífica manifestação de Cochabamba terminou com a privatização do sistema de abastecimento de água privatizado por Banzer e o tarifaço de 20%, com o argumento de financiar obras futuras. Os camponeses marcharam sobre Cochabamba pela água e outras reivindicações. Contra a política de destruição dos cocais. O governo de Banzer agravou as condições de vida dos camponeses ao impor a bala e sangue e com apoio dos Estados Unidos a erradicação forçada das plantações de coca.

Em Achacachi, travou-se um dos enfrentamentos mais importantes entre camponeses e tropas.

Os estudantes ganharam as ruas de La Paz, de Santa Cruz, rechaçando o Estado de Sítio, incorporando suas próprias reivindicações, principalmente a bandeira de maior orçamento para a educação.

A COB chamou a paralisação, também a COD de Oruro. O transporte de média e longa distância adotou medidas de força.

As paralisações cívicas em Tarija, Potosí, não foram reprimidos.

-É a luta das massas que pode derrotar o Estado de Sítio e o fascista Banzer. Não são os diálogos, as leis, as manobras que podem brecá-lo. Não só estão enfrentando Banzer mas também a todos os capitalistas que o sustentam e ao próprio Departamento de Estado ianque, que saiu em apoio às medidas

de Banzer.

-As massas são empurradas cada vez mais para o abismo da miséria absoluta por um governo da burguesia incapaz, entregue totalmente às ordens do amo imperialista, em um processo similar ao o que ocorre no restante da América Latina. Aqueles que até ontem levantavam bandeiras de soberania nacional subordinaram totalmente aos ditames do capital financeiro internacional.

-O aquartelamento policial em La Paz ganhou a solidariedade do vários setores e, diante da decisão de manter o levante, o governo concedeu 50% de aumento salarial, que horas antes negava, e uma lista de reivindicações. A oficialidade de Cochabamba se negou a reprimir a população, apesar da ameaça de castigo. Agora são os comandos militares que ameaçam o governo reclamando reajustes salariais. No quadro convulsivo que se vive, potencia a possibilidade de atuar no seio das forças repressivas a política da classe operária, cindindo seus melhores homens, os mais decididos a se comprometer com o povo, rompendo e isolando os comandos obedientes ao governo antinacional.

-Nas seis províncias em que se realizavam bloqueios de estradas, foi decidida a sua manutenção e a disposição de fazer frente à repressão militar.

-O Estado de Sítio unificou os combates nas principais cidades contra o regime. Os trabalhadores se mobilizaram e pararam em repúdio, pelo fim do Estado de Sítio e pela liberdade dos militantes seqüestrados e confinados. Uma parte dos dirigentes atua na clandestinidade, evitando a perseguição.

-Mais uma vez as massas se chocam violentamente contra o governo fascista, que aspirava pôr ordem e reativar a economia. Desconhecem as ameaças do ditador serviçal do capital financeiro.

-Setores empresariais, dos partidos patronais opositores, da Igreja e até

partidos do próprio governo querem que se suspendam as medidas repressivas, não para colocarem no terreno dos que lutam, mas sim para evitar que seu regime continue isolado, para tirá-lo da debilidade, e até começam a avaliar como encontrar uma "saída" democrática.

-Rechaçamos a idéia de salvar a democracia, salvar as instituições, este é o objetivo da burguesia, a qual se somam de bom gosto alguns que se intitulam esquerdistas. A democracia não existe, não existiu e nem poderá existir na empobrecida Bolívia. A chamada democracia e suas instituições são instrumentos do capital para manter a exploração e a dominação.

-O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional, dirigido pelo poderoso POR da Bolívia, chama a mobilização pelo fim de todas as medidas repressivas contra nossos irmãos da Bolívia. Não para apaziguar a luta popular, mas para que possa se aprofundar, para que possa derrotar o governo gorila e vendepátria.

-São as próprias massas que passam por cima de todos os reformistas e exitistas que até ontem chamavam a participar nas eleições municipais, dando as costas ao governo e a toda politicagem burguesa, já que a maioria da população nem sequer se apresentou para votar. Os politiqueros que posam de opositores constituem frente para se prestigiarem com a luta popular e se colocarem como "alternativa" futura, dentro do regime, sem atacar suas bases, sem atacar a propriedade dos meios de produção, sem romper com o imperialismo.

-“O diálogo” que sempre oferecem desde o governo, quando estão encurralados, e que aceitam de bom grado os burocratas em nome das massas que lutam, é uma armadilha. Não há diálogo possível com o inimigo aberto e declarado das massas.

-Não há saída possível pelas mãos dos politiqueros, de seu Congresso, nem pelas

mediações da Igreja. Não existe outro caminho para resolver os problemas mais elementares das massas, relativos a sua própria sobrevivência, senão acabar com esse governo através de suas próprias mãos, dos seus próprios métodos e impor seu próprio governo, operário e camponês, expressão da ditadura proletária, uma verdadeira revolução social.

Os revolucionários deverão impulsionar a tática da Frente Única Antiimperialista para que a luta generalizada dos explorados seja dirigida pela classe operária, por seu partido revolucionário, por seu programa, único capaz de garantir autodeterminação nacional das nacionalidades oprimidas.

Esse é o caminho que as massas terão de percorrer na Argentina, Equador,

Brasil, Chile, Colômbia, Venezuela etc. As burguesias afundam nossos países na pior miséria e desemprego. Têm entregue o manejo da economia ao amo imperialista e, portanto, deve ser expulsas do poder. *Chegou a hora da aliança operária e camponesa tomar o poder e começar a construção de uma nova sociedade. Essa é a verdadeira unidade latino americana, unidade das massas exploradas combatendo o imperialismo, sob a direção revolucionária da classe operária.*

- Bolívia está na vanguarda dessa luta, como tem demonstrado faz tempo e conta com uma direção revolucionária capaz, que pode se transformar no timão da rebelião popular. Se conseguir dirigir desde as bases o poderoso movimento das massas.

-Solidariedade aos nossos irmãos bolivianos em luta;

-Abaixo o Estado de Sítio.

-Liberdade a todos os presos e confinados.

Abaixo o Banzer, o fascista que manda reprimir diante da impossibilidade de satisfazer o mais elementar da exigência do povo;

-Por um governo operário e camponês que seja expressão da ditadura do proletariado;

-Sabemos que a melhor e maior solidariedade internacional virá do melhor combate que façamos em nossos países contra a burguesia e o imperialismo. Solidariedade dos operários, camponeses, estudantes, de toda América e do mundo à heróica luta de nossos irmãos bolivianos.

A inviabilidade da democracia burguesa na Bolívia

O Estado de Sítio na Bolívia mostrou que o governo Banzer já não consegue governar e os explorados não admitem ser governados. A confluência de vários movimentos, tendo por epicentro o levante popular em Cochabamba, configurou uma situação revolucionária. Vários governos anteriores recorreram à suspensão dos direitos constitucionais para enfrentar a revolta de camponeses, operários, professores e estudantes.

As massas têm resistido frequentemente à implantação de medidas pró-imperialistas, que sufocam ainda mais a economia atrasada e esmagam as condições elementares de existência da maioria.

O atual governo da ADN, de corte fascista, não poderia agir de outro modo frente ao agigantamento da mobilização camponesa, operária e estudantil. A democracia formal, constituída pelos partidos da coligação governamental e da oposição, não pôde bloquear a revolta daqueles que arcam com todo peso da desintegração do capitalismo semicolonial. O governo e o conjunto partidário, da situação à oposição, estão sob o comando do imperialismo norte-americano.

Há muito a maioria oprimida desconhece a democracia formal, abstendo de

votar ou anulando o voto. O que quer dizer que não mais se guiam pelas ilusões democráticas. Sem a capacidade dos partidos burgueses de arrastar os trabalhadores para o jogo parlamentar e para promessas de soluções pela via pacífica, a democracia patronal se mostra completamente oca. Dessa forma, o choque entre as classes se reflete em oposição revolucionária das massas contra o Estado.

As reivindicações mais elementares, como é o caso da água em Cochabamba, levam as várias camadas sociais oprimidas a se levantarem contra a política pró-imperialista e de fome. Partindo das necessidades básicas, a maioria marcha contra o poder da burguesia. O governo se vê obrigado a mostrar por inteiro a ditadura de classe dos exploradores nacionais e internacionais contra as reivindicações vitais. Medidas de fome têm de ser impostas pelas armas.

O motim em um setor da polícia e do exército por reivindicações salariais e contra discriminações hierárquicas foi mais um fator para o Estado de Sítio. Os "assessores" norte-americanos e a burguesia boliviana têm em sua memória histórica a insurreição de abril de 1952, quando os operários, camponeses e populares apossaram-se das armas contidas nos arsenais do exército. Naquela

situação, o nacionalismo burguês estava em ascensão e assim o MNR pôde tomar a frente na insurreição, e chegar ao poder do Estado para planejar a contra-revolução pró-imperialista. Esse caminho não pode ser reproduzido porque os explorados esgotaram suas experiências com o nacionalismo pequeno-burguês radical, encarnado pelo MNR, que se transformou em pró-imperialista.

Em 1952, o Partido Operário Revolucionário boliviano (POR) não teve como derrotar a direção nacionalista e dirigir a insurreição sob a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado). Agora as massas, politizadas pelo marxismo-leninismo-trotskismo, só chegarão ao poder através do Partido Revolucionário. O POR se constitui como programa no seio das massas, inviabilizando outras variantes pequeno-burguesas esquerdistas. Nas várias situações de combate, no passado recente, trouxeram para o POR a necessidade de seus quadros se tornarem a direção física dos explorados. Os combates vêm favorecendo a solução desse objetivo estratégico.

A presença ativa do trotskismo revolucionário em Cochabamba e nos movimentos de La Paz, Sucre e em outras partes atesta o avanço em tal objetivo.

Ainda que desta vez as massas não estivessem suficientemente amadurecidas e o Partido não completamente preparado do ponto de vista da direção física para derrubar o governo burguês. Certamente o combate não terminou. O governo teve de recuar taticamente diante das exigências camponesas e popular de Cochabamba e, primeiramente, do setor grevista da polícia.

A Igreja atuou como freio contra revolucionário, auxiliando o governo com a bandeira de saída negociada e de combate ao radicalismo revolucionário presente no seio dos explorados e

encarnado pela ação do POR. A Igreja funciona como instrumento parlamentar na situação em que as massas se unem e desconhecem as leis e o poder estatal, caminhando para a insurreição, baseada em organismos próprios, como cabildos abertos, e com seus próprios métodos, bloqueios, manifestações de rua, piquetes, expropriação de armas etc.

A ação dos aparatos conciliadores (Igreja, direção burocrática da COB e da Confederação camponesa) foi importante para o governo justamente quando ficou evidente que os explorados

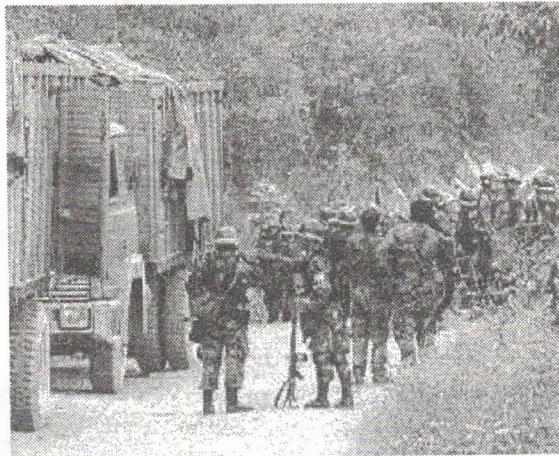
contra-atacavam e iriam aprofundar a resistência diante de um governo instável. Uma vez que as armas, as prisões e a perseguição policial aos militantes não foram suficientes para derrotar a luta, o governo atuou no sentido proposto pela Igreja e se utilizou das negociações com as burocracias dos aparatos para retroceder em algumas medidas e assim dividir e enfraquecer o ímpeto do combate.

Até o presente, a resistência continua, ainda que em menor intensidade, tudo indica que os explorados não serão esmagados por esse governo.

Debate sobre o Estado de Sítio, a resistência das massas e o programa do Partido Operário Revolucionário (POR)

Foi realizado no dia 15 de abril uma exposição-debate sobre a situação convulsiva da Bolívia e as principais teses programáticas do POR boliviano.

Iniciou-se com uma narração dos acontecimentos ocorridos a partir do dia 8/abril, quando da decretação do Estado de Sítio. (Reproduzimos abaixo a resistência das massas diante do Estado de Sítio). E, em seguida, foram apresentadas as teses do POR boliviano: caracterização da situação revolucionária, inviabilidade da democracia bur-



guesa, esgotamento do nacionalismo burguês, a frente única antiimperialista, as reivindicações das massas, a estratégia do governo operário e camponês (ditadura do proletariado) e o caráter combinado da revolução proletária.

Fechou-se com a proposta de realização de um ato no Consulado da Bolívia, com as seguintes bandeiras: Abaixo o Estado de Sítio! Abaixo o governo fascista de Banzer! Liberdade aos presos políticos!

Planejou-se colagens de cartazes e distribuição de panfletos.

Manifestação no Consulado da Bolívia

Realizou-se no dia 19 de abril uma manifestação em frente ao Consulado da Bolívia. Estavam presentes o Partido Operário Revolucionário e militantes sindicais e populares de Diadema,

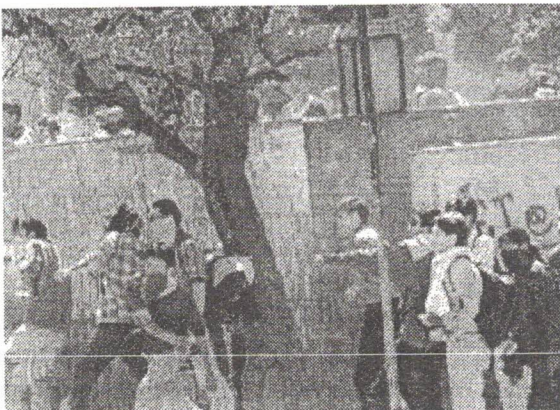
Mauá, Cotia e São Paulo.

Sob as bandeiras de Abaixo o Estado de Sítio! Liberdade aos presos políticos! E Abaixo o governo fascista de Banzer!, foi entregue um documento ao Consul.

Os manifestantes expressaram o internacionalismo proletário, condenando o Estado de Sítio, a brutal repressão e a política pró-imperialista de Banzer. Repudiou-se também o silêncio da maior parte das correntes de esquerda, que não fizeram nenhuma campanha

para quebrar o isolamento dos explorados bolivianos e POR.

A manifestação terminou com uma passeata nas vizinhanças do consulado.



Bolívia

Breve descrição dos acontecimentos

Cochabamba:

Banzer impôs o estado de sítio para frear a convulsão criada pelos protestos, iniciados em Cochabamba, motivados pela privatização do sistema de abastecimento de água, a entrega para o consórcio Águas de Tunari e pelo aumento de 20% nas tarifas. As manifestações populares exigiam a anulação do contrato com Águas do Tunari. O movimento ganhou as ruas, avenidas foram boqueadas e se estendeu para as regiões vizinhas.

Para conter as manifestações, Banzer foi obrigado a usar um dos expedientes da ditadura da burguesia, o Estado de Sítio. Dirigentes do movimento foram caçados por todos os cantos, suas casas foram invadidas, saqueadas e seus familiares eram sequestrados como forma da polícia obter seus paradeiros. Foi o que ocorreu com Miguel Lora e Norma Barrón, militantes do Partido Operário Revolucionário.

Os enfrentamentos mais intensos ocorreram na praça principal e nas imediações da 7ª Divisão do Exército. Um grupo de manifestantes tentou tomar essa divisão militar. No confronto, morreu o estudante Victor Hugo Daza Argandoña, 17 anos, mais de 30 pessoas foram feridas e houve inúmeras prisões. Outro grupo de manifestantes ocupou e incendiou o edifício, onde funcionavam várias dependências da Prefeitura.

Os presos políticos foram confinados em Beni, presídio na Bolívia Amazônica, onde as condições são subhumanas e o acesso é impossível por via terrestre, apenas por helicóptero.

O governo enfraquecido, apesar do Estado de Sítio, não teve outra alternativa senão aceitar o fim do contrato com o consórcio Águas de Tunari.

Diz o jornal "La Prensa": uma reivindicação de caráter popular se tornou uma reivindicação política, porque questiona a legitimidade do Estado.

Em La Paz Rebelião dos policiais

O quartel de GES (Grupo Especial de Segurança) foi o centro de ação dos policiais rebeldes. Todas as unidades policiais de La Paz se amotinaram por

melhores condições de trabalho e salário. Os policiais reivindicavam, protestavam e ameaçavam atuar para defender seus direitos. Receberam o apoio dos professores, universitários, operários e do povo em geral.

A situação se tornou grave para o governo. Este foi obrigado a negociar com os amotinados através da Rede ATB e Boliviación. Em princípio, o governo achava que eram poucos os rebeldes e que a polícia estava aquartelada para reprimir os manifestantes e fazer valer o Estado de Sítio. Porém, não era o que se passava. Patrulheiros, investigadores, polícias de todas as guarnições converteram as instalações do GES no quartel da rebeldia. Os regimentos enviaram seus representantes e daí gritavam palavras de ordem contra seus superiores. ("Fora corruptos!")

As mulheres dos policiais, apesar de tiradas à força da greve de fome que realizavam na COB, eram protegidas no quartel.

Uma marcha de protesto na Praça Murillo e um comício relâmpago ocorreram em frente ao Palácio do governo, desconhecendo o Estado de Sítio. Diz a imprensa burguesa: o poder político ficou praticamente desguarnecido.

O governo, para conter os amotinados, negociou com os amotinados como forma de enfraquecer o movimento. Os policiais entregaram um pauta de 19 pontos: aumento de 50%; abono para alimentação de acordo com o custo de vida; seguro de vida de 10 mil dólares, salário vitalício à viúva; uniformes regulares; aplicação dos direitos humanos na Polícia Nacional; pagamento das horas extras; amplas garantias constitucionais para os piquetes de greve etc.

O governo só se comprometeu, prontamente, com os 50% de reajustes, pagamento até o décimo dia de cada mês; e uma promessa de não represália contra as famílias, esposas e os próprios efetivos que se amotinaram por 24 horas.

Milhares de policiais vivem na miséria

Os policiais recebem baixíssimos salários e suportam maus tratos da cúpula

dirigente. Muitos não têm revólveres de dotação. Faltam agasalhos militares. Reclamam os amotinados que enquanto a maioria dos policiais passa fome, uma camarilha de oficiais tem casas, carros luxuosos. No documento da GES afirma que a comida é diferenciada. Os superiores possuem restaurantes especiais. Apropriam-se da gasolina e "nos dizem que se queremos sair nos carros há que conseguir gasolina".

Grande parte dos policiais recebe um salário menor que 74 dólares (450 bolivianos) e a miséria tomou conta de suas famílias.

Os bloqueios das estradas por parte dos camponeses

Em Achacachi, mais de 2 mil camponeses impediram a desocupação militar das estradas. A polícia reprimiu violentamente. Os camponeses rodearam o caminho militar de tomaram as armas dos soldados. Os camponeses mataram a pedradas o capitão do Exército Omar Téllez.

A repressão militar ampliou com objetivo de prender os camponeses que mataram o capitão e recuperar 27 fuzis FAL. A polícia invadiu as casas. A ação do governo provocou 8 mortes, 42 feridos e muitos presos.

Várias comunidades camponesas se somaram ao bloqueio das estradas.

Os camponeses reivindicam o fim da Lei das Águas. Exigem que sejam incorporadas no plano de reativação econômica o respeito à coca dos Yungas, liberdade de plantio da coca, equipamentos, dinheiro etc.

Os sindicatos de camponeses (Confederação Sindical Única de Trabalhadores Camponeses de Bolívia - CSUTCB) decidiram manter os bloqueios até que seja libertado Felipe Quispe, o Malku.

O governo tentava, através da Confederação Sindical, uma saída negociada para pôr fim aos bloqueios das estradas.

Os Mineiros

A Federação dos Mineiros aprovou a participação ativa nos movimentos contra o Estado de Sítio. Exige a libertação imediata dos dirigentes sindicais.

La Paz

As manifestações de rua, os bloqueios e os comícios relâmpagos tomaram conta da capital.

A Federação dos Professores (dirigida pelo POR) declarou greve por tempo indeterminado. A direção da COB, pressionada pelas bases, aprovou greve geral por 24 horas.

Os estudantes se chocaram com a polícia, que tentava invadir a Universidade Maior de San Andrés.

Sucre

Confronto da polícia com estudantes, que realizavam uma greve de fome. Diz a imprensa que o confronto se deu entre a polícia que invadiu a Universidade e estudantes de filiação trotskista. Com isso, a repressão atingiu 17 estudantes com balas e outros 16 foram presos.

Os Cabildos Abertos (assembléias populares)

Foram realizados três cabildos nas zonas rurais do departamento de La Paz.

Em Huatajata - participaram 5 mil

Em Achacachi - mais de 15 mil

Em Vilaque - mais de 500

No cabildo de Achacachi aprovou-se a continuidade dos bloqueios, enquanto o governo continuar com o propósito de aumento dos combustíveis, tarifas e não frear a Lei das Águas. Decidiu massificar a greve geral. Exigem a presença de Banzer para "dialogar", com "franqueza" e de "frente".

OS ACORDOS

A Igreja negocia uma solução pacífica

A Conferência Episcopal Boliviana (CEB) rechaçou o Estado de Sítio e pediu tanto para o governo quanto para os dirigentes ("atores sociais") que busquem esforços para evitar a crescente "violência".

O presidente de CEB entregou à imprensa um comunicado de 6 pontos. Os principais são: 1) "lamentamos" o Estado de Sítio, pois é um "retrocesso à vida democrática"; 2) O estado de exceção não significa dar carta branca aos governantes; 3) "Sentimos.. que a cidade de Cochabamba, por falta de entendimento entre ambas as partes, tenha chegado a situação extrema"... e termina exortando a fé cristã do povo.

O Arcebispo de Cochabamba, Tito Solari, condenou os grupos extremistas

que vão contra a democracia e criticou o governo de ter usado a força quando existia um diálogo de ambas as partes. Denunciou os atos de violência contra a Prefeitura.

Confederação Sindical dos Trabalhadores Camponeses da Bolívia

O Ministro de governo, Wálter Guiteras e o da agricultura, Oswaldo Antezana assinaram um acordo com os dirigentes da Confederação, Alberto Zapata, Ricardo Montevilla e outros. O acordo foi assinado, sob o auspício e garantia da Igreja Católica, Direitos Humanos e a Defensora do Povo. O documento reconhece que o conflito foi gerado pela falta de atenção às reivindicações dos camponeses. O governo se compromete a investigar as mortes dos camponeses, pagar uma indenização aos familiares e melhorar as estradas e buscar maiores recursos econômicos para reativar as regiões mais afetadas pelos desastres naturais.

O acordo não foi cumprido pelas bases, que mantiveram os bloqueios nas estradas, exigindo o livre cultivo da folha de coca.

Estado de Sítio na Bolívia. Por quê?

Manifesto do POR brasileiro (9/04/00)

Raramente a imprensa brasileira noticia sobre a Bolívia. No entanto, é um dos países latinoamericanos em que os trabalhadores mais têm resistido à aplicação das reformas antinacionais e anti-populares, graças à tradição de luta e à presença do Partido Operário Revolucionário (POR).

No dia 8/4, recebemos a notícia de que o governo Banzer decretou estado de sítio, desfechou brutal repressão a lideranças e já fez vários mortos. O objetivo é acabar com o levante dos explorados de Cochabamba, que para sobreviverem estão obrigados a se unir até mesmo contra a privatização das fontes de água potável.

Não pára aí o problema: as manifestações populares percorrem todo o país, com bloqueios camponeses.

Acrescenta a isso o fato de setores da

polícia e do exército se negarem a voltar as armas contra as massas em luta. Uma greve de fome de mulheres de policiais, que ocorre simultaneamente a outras manifestações, indica que a contestação ao governo fascista e pró-imperialista de Banzer chegou a uma parcela do aparato repressivo do Estado burguês.

O estado de sítio, que dá poderes ditatoriais ao governo, tem um objetivo mais estratégico. O de destruir o POR, quebrar a liderança revolucionária e dissolver a ofensiva dos famintos contra a crescente opressão social.

Os Estados Unidos comandam diretamente o governo antinacional. A submissão é tal que nem mesmo a soberania formal, como ostenta nas aparências o Brasil, é defendida pela burguesia boliviana. Um país de capitalismo tão atrasado e profundamente saqueado pelas

potências se decompõe sob a política neoliberal.

Os reflexos sociais são de barbárie aberta, sem que haja uma classe média para embelezar o rosto da miséria da maioria, como em certa medida aconteceu no Brasil. Isso explica por que a maioria já perdeu ilusão na democracia burguesa, nos partidos e governantes. Os explorados, em sua maior parte camponeses, caminham por se unir à liderança proletária do POR.

O imperialismo e o governo vendido vêm uma ameaça à ordem de exploração e flagelo da população. Os interesses do grande capital internacional e da raquítica burguesia boliviana estão acima das necessidades prementes dos camponeses, trabalhadores informais e assalariados. O parasitismo burguês está acima das necessidades de libertação do

país ao atraso.

O Programa defendido pelo POR tem por base a tarefa dos trabalhadores ocuparem o poder do Estado e eliminarem o controle do grande capital sobre a economia. Um governo operário e camponês é a única alternativa para a maioria emancipar a Bolívia semicolonial do saque imperialista e escurraçar com a burguesia parasitária.

Quando vemos que em Cochabamba as massas oprimidas se unem em defesa até mesmo da água, temos a noção exata da urgência dos explorados vencerem o estado de sítio e o governo fascista. Esta

é uma tarefa internacional da classe operária, camponeses pobres e juventude estudantil.

* Não deixemos os trabalhadores bolivianos isolados!

* Abaixo o governo fascista de Banzer!

* Liberdade imediata aos presos políticos!

* Integridade física dos presos!

* Em defesa do POR contra a sanha repressiva do governo pró-imperialista.

* Que sindicatos, associações, movimentos e correntes políticas envi-

em moções ao governo boliviano exigindo as reivindicações acima.

* Formemos os Comitês contra a opressão social e política e de solidariedade internacional.

* Venha ao debate "Bolívia em estado de sítio"

* Participe da campanha

Data: Domingo, dia 16 de abril

Horário: 15 h.

Local: Rua Clélia, 884 - Lapa. Ao lado da praça Cornélia.

Todo apoio ao movimento popular contra o estado de sítio e o governo fascista de Banzer

Manifesto do POR brasileiro (9/04/00)

O governo Banzer acreditava que com o estado de sítio e a militarização do país poria fim imediato ao levante popular. Ao contrário, operários, camponeses, trabalhadores informais, servidores públicos e estudantes uniram-se contra o governo antinacional e o estado de sítio. Os vários setores saíram com suas reivindicações em um movimento político pela derrubada da diretriz neoliberal.

Para sustentar as medidas privatizantes, maior abertura ao saque imperialista, destruição das plantações de coca, liquidação da escola pública e empobrecimento geral das massas, Banzer não teve e não tem outra saída senão utilizar da força das armas contra o movimento operário, camponês e estudantil.

Por detrás de seu governo, estão os Estados Unidos, que ditam cada ação governamental. Bolívia é um país atrasado e desagregado pelo parasitismo do capital internacional. A revolta das massas tem por base a necessidade de sobrevivência, como comprova a luta camponesa e popular de Cochabamba contra a privatização do abastecimento de água, que passou a ser explorado por um grupo multinacional inglês. Mas a defesa das reivindicações mais elementares leva os explorados a se chocarem abertamente contra a burguesia boliviana decadente e seu amo imperialista. Trata-se de um levante antiimperialista. Eis por que o governo se vê obrigado a

recorrer ao estado de sítio e lançar o exército contra a população.

A resistência dos trabalhadores indica, por um lado, que o governo Banzer não reuniu forças suficientes para esmagar imediatamente a luta; por outro, que os explorados ou enfrentam com os métodos revolucionários os exploradores ou terão de arcar com maior barbárie.

Os oprimidos bolivianos têm uma larga tradição de luta e há décadas vêm sendo politizados pelo Partido Operário Revolucionário, marxista-leninista-trotskista. A confluência da revolta operário, camponesa e estudantil com o programa da revolução proletária, defendido pelo POR, está colocada pela situação. O fortalecimento das massas em luta dependem que assumam a tarefa de derrubar o governo burguês pró-imperialista e fascista e constituir um governo revolucionário, o governo operário e camponês (ditadura do proletariado).

Para evitar a ampliação da resistência e a radicalização das massas, o governo Banzer tem procurado atender provisoriamente algumas das reivindicações, para dividir e enfraquecer a unidade dos combatentes. Em Cochabamba, líderes corrompidos e a



Igreja fazem negociatas com o ministro do interior, agindo assim de acordo com a tática divisionista aplicada pelo governo.

Contra tais manobras, o POR boliviano atua com o método insurrecional da classe operária e procura soldar a unidade operária, camponesa e estudantil.

Os trabalhadores e estudantes brasileiros têm o dever de lutar pela vitória dos oprimidos bolivianos. Exijamos que a CUT, sindicatos e partidos que se reivindicam dos trabalhadores se mobilizem sobre o princípio do internacionalismo proletário.

A derrota de Banzer será a derrota da política pró-imperialista e do fascismo. A vitória dos bolivianos será a vitória da democracia operária, da unidade operária, camponesa e estudantil e do socialismo.

Abaixo o estado de sítio!

Abaixo o governo Banzer!

Liberdade aos presos políticos!

Por um governo operário e camponês!

Antecedentes do conflito

O fundamental do problema da água

Para o grosso da população (com traços dramáticos para os camponeses), um dos problemas radicais consiste em impedir que sua vida íntima seja estrangulada pela cara suicida da política burguesa imperialista, o neoliberalismo, a economia de mercado e a imposição de que tudo (o ar, a água) tem preço. O despotismo capitalista parte de que a



força de trabalho é mercadoria e tem preço (salário). Em sua podridão, se empenha por converter o operário (o homem) em outra mercadoria. Permitir essa monstruosidade seria acelerar o império da barbárie, da bestialização. Rechaçamos esse crime, feitos na medida dos Banzer, Goni, Jaime Paz, marionetes da UCS e outros proxenetas do imperialismo em podridão.

A prova podemos ver na Lei de Águas, que tem a finalidade de entregar às multinacionais um recurso natural a fim de encherem seus bolsos às custas do agravamento da extrema miséria que já açoita os bolivianos.

Dizemos de maneira categórica que a água não pode ser vendida, não é uma mercadoria é um recurso natural que brota da terra e corre pelos rios, é de uso coletivo, livre e gratuito e nisto é igual ao ar.

O problema: a água deve chegar aos povoados como um serviço custeado pelo estado burguês, que para funcionar deve arrancar dinheiro da burguesia e não dos pobres, dos trabalhadores. Os que propõem colocar remendos na Lei da água são serventes das multinacionais, do estado burguês e inimigos do povo.

Não é casual que os "machu-morenos" se somaram aos que lutam para privatizar a água por remendar sua Lei, prova de que são serventes da burguesia e inimigos do povo.

Devemos impor o rechaço de todas as Leis que privatizem a água e a entregam aos mercadores para que engordem vendendo-a.

Extraído do Jornal Masas boliviano 1705 – 17-03-2000

Santa Cruz: Rebelião na Polícia

O policial Abad Darwin Hinojosa iniciou sua greve de fome na Praça 24 de setembro, de Santa Cruz, em protesto pelos maus tratos a que são submetidos os carabineiros, por seus salários muitos baixos e pagos com muito atraso. A imprensa cruzenha informa que se trata de uma verdadeira onda de protesto e rebelião na instituição policial. O grevista recebeu o apoio imediato dos seus camaradas dos oficiais e da opinião pública.

O Comitê de defesa estudantil lançou um apoio público ao carabineiro grevista: "considerando que tal atitude é digna e merece o apoio decidido de todos... faço conhecer seu decidido respaldo ao movimento... porque expressa o descontentamento silencioso de uma tropa obrigada a calar e sofrer sem reclamar..."

Extraído do Masas 1706 – 24-03-2000

Pronunciamento do Pacto Intersindical

Desconhecimento do ampliado nacional convocado pelo presidium da Central Operária Boliviana. O pacto intersindical ratifica o desconhecimento do presidium da COB e desautoriza qualquer negociação com o governo em nome dos trabalhadores.

Denunciamos que o ampliado nacional dos oficialistas tem por objetivo aprovar o diálogo nacional e o acordo com o governo para aplicar a flexibilização trabalhista. O diálogo nacional é um

show montado por Banzer para mostrar diante dos organismos internacionais a imagem de uma Bolívia em paz social e total harmonia entre os dirigentes da COB o governo e empresários.

Declaramos que as conquistas e os direitos sociais não se negociam com os inimigos dos trabalhadores (governo e empresários), se impõe nos fatos, com a luta e as mobilizações de rua. Nós trabalhadores devemos manter nossa independência de classe e não podemos nos subordinar a política do imperialismo. Por isso, o pacto intersindical convoca o povo boliviano a continuar organizando a luta desde as bases contra as medidas antipopulares e expulsar os oficialistas de nossa Central Operária Boliviana.

Extraído do Masas 1707 – 31-03-2000.

Apoio a greve de policiais e suas esposas

O pacto intersindical apóia a valorosa greve de fome dos policiais e suas esposas pelo aumento salarial de acordo com o custo da cesta familiar e contra os abusos de seus superiores. Denunciamos que os policiais de base são obrigados a entregar a seus chefes montes de dinheiro arrecadados semanalmente com recolhimento de taxas por sanções a população. Como uniformizados não têm liberdade de expressão e devem suportar as discriminações.

A tropa exige: 1- Conhecer saldo real do Banco Alimentício; 2- Restabelecimento do abono de quartelamento, já que se lhes impõe a dupla jornada de trabalho sem pagamento algum; 3- Supressão do desconto para o estadium litoral, que só serve para diversão dos chefes e de seus familiares; 4- Seus hollerits devem ser processados através do CEMACO e não pelo comando geral, já que estes fazem o que querem com os seus hollerits.

O pacto intersindical chama a unidade e rebelião dos suboficiais da tropa de classe e da tropa policial. A subordinação e o continuísmo são escravidão e servilismo.

Mobilização geral das esposas e filhos dos policiais.

Sindicalização de toda tropa.

Extraído do Masas 30- 03 - 2000

O fim do Estado de Sítio na Bolívia

O governo Banzer suspendeu no último dia 19 o Estado de Sítio. No mesmo dia, concedeu aos cocaleiros que bloqueavam os caminhos na região de Yungas o direito ao cultivo da folha de coca. E grande parte de seus ministros colocaram os cargos à disposição, enquanto Banzer acusava o vice-presidente de tramar um golpe. Esses fatos mostram alguns dos traços centrais da situação boliviana, reforçando as teses do POR.



Prisão de um dirigente do Sindicato dos Professores de La Paz

As concessões foram o último caminho do governo

Os levantes populares, camponeses e estudantis na Bolívia colocaram o governo Banzer contra a parede. Acuado pelos bloqueios de estradas e sem a possibilidade de empregar a repressão policial, então em greve, o governo recorreu ao Estado de Sítio no último dia 8/04. O resultado foi, ao contrário do que esperava Banzer, o aumento da mobilização popular. A linha do governo, então, sob orientação da embaixada norte-americana, foi a de procurar dividir os movimentos. As concessões das reivindicações dos principais setores em luta foi o método para tentar dividir os explorados e retroceder o levante.

Primeiro atendeu a íntegra da reivindicação salarial da polícia (50% de reajuste e outras). A seguir, quebrou o contrato de privatização da água de Cochabamba. Negociou com as lideranças camponesas o desbloqueio das estradas, em troca da liberdade das lideranças, no que fracassou, pela radicalização das bases. Por fim, atendeu a reivindicação da manutenção dos plantios de coca da região de Yungas e suspendeu o Estado de Sítio, que era a bandeira das mobilizações de estudantes e professores em La Paz.

Permitir o cultivo da coca em Yungas foi a maior concessão, pois dependia da direta permissão norte-americana. O cultivo da coca tem sido combatido por ingerência direta dos Estados Unidos no país. O recuo nesta questão chave mostra que o imperialismo estava consciente da gravidade do levante popular, que já tinha chegado ao ponto de tomar armas do exército para enfrentar o governo. A

impossibilidade de vencer pela repressão obrigou a burguesia e o imperialismo a um recuo provisório.

O fim do Estado de Sítio atende à reivindicação estudantil e de professores, que se chocavam com o exército nas ruas de La Paz. Não se trata de que esse instrumento tenha obtido êxito em conter o levante, ao contrário, sua retirada é resultado de seu completo fracasso e esgotamento.

Lutas mais fortes virão

Diante das concessões, é possível que se atenuem momentaneamente a luta popular. Mas é certo que a conquista das reivindicações pela mobilização deve reforçar a confiança e disposição das massas para as próximas lutas. O governo espera, com a "trégua", obter maior unidade burguesa para o confronto, negociar com as direções burocráticas a traição aos movimentos, e um reforço de ajuda norte-americana para dobrar os camponeses cocaleiros.

Tudo indica que os próximos levantes colocarão o combate armado nas ruas e estradas. O POR boliviano se potencia para permitir o desenlace favorável às massas, pela via da revolução proletária.

O crime das correntes que boicotam a luta revolucionária na Bolívia

Diante do levante boliviano, algumas correntes têm sido obrigadas a citar a luta revolucionária no país vizinho, enquanto que outras sequer o fazem.

Aquelas que citam diluem a luta boliviana nos levantes da América Latina, e por vezes atacam o POR sem o menor fundamento. É importante perceber que

a Bolívia distingue-se dos demais países:

1) Os levantes das massas estão num patamar superior, pois colocam a questão do armamento da população rebelada. O esgotamento das ilusões democráticas leva as massas a se atirarem diretamente contra o poder político burguês, sem se deter em pressões parlamentares ou eleitorais.

2) As forças repressivas estão cindidas, ao ponto de terem dificuldade para reprimir com êxito as massas mobilizadas.

3) A burocracia sindical se mostrou enfraquecida para controlar o movimento, ao ponto de poder negociar livremente a traição. A intersindical que se constituiu durante os levantes desautorizou a direção da COB a negociar com o governo.

4) As mobilizações resultaram em conquistas importantes, o que reforça o poder de mobilização.

5) Há um partido revolucionário, o POR, que tem influenciado as massas com seu programa, a partir da própria experiência. Sua atuação permitiu que as massas esgotassem as experiências com o nacionalismo e reformismo e com as ilusões democráticas.

Assim, diluir a luta boliviana entre as demais da América Latina é obscurecer os aspectos favoráveis à luta revolucionária na Bolívia que, se vitoriosa, certamente impulsionará todos os outros levantes no continente. Isolar o POR, como fazem as esquerdas revisionistas, é privar as massas de seu instrumento revolucionário.

O boicote à luta boliviana é ainda mais grave. O chamado bloco de esquerda da CUT, por exemplo, fala em seu boletim das lutas no Equador, Colômbia, México etc. e sequer cita a Bolívia. O PSTU e a maior parte das correntes boicotaram o ato público no Consulado boliviano em São Paulo, em 18/04. As divergências políticas não podem jamais servir de pretexto para impedir a defesa classista das lutas dos explorados de qualquer parte do mundo e o combate à repressão burguesa. A omissão diante do que se passa na Bolívia é uma prova de que abandonaram o elementar da política revolucionária.